

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2013.

Aos 4 dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, no Plenário, com a presença de todos os Vereadores que assinaram o Livro de Presença e havendo número legal, às dezesseis horas e quinze minutos, o 1º Vice-Presidente, Vereador Meirelles, declarou aberta a presente sessão, procedendo, o 1º Secretário, Vereador Anderson Juliano, à leitura da Ata da sessão anterior, que foi aprovada. A seguir, o Secretário procedeu à leitura do seguinte: **CORRESPONDÊNCIA:** Comunicado Ministério da Educação nº CM140789/2013; Convite para a 3º Conferência Municipal de Meio Ambiente; Convite para Solenidade de Acolhida da Cruz Peregrina e do Ícone de Nossa Senhora. **EXPEDIENTE:** GP 214/ CMP 2339; Projetos de Lei nºs 2518 do Vereador Anderson Juliano; e 2520/13 do Vereador Luizinho Sorriso; Indicações nº 2184/13 do Vereador Luizinho Sorriso; 2338, 2505, 2507, 2510 e 2519/13 do Vereador Maurinho Branco; 2517/13 do Vereador Ronaldão; 2503, 2504, 2506, 2508, 2509, 2511, 2512, 2513, 2514 e 2515/13 do Vereador Roni Medeiros; 2502/13 do Vereador Silmar Fortes. Franqueada a palavra, assomaram à Tribuna os seguintes Vereadores: **1) ANDERSON JULIANO, PT** – Iniciou sua fala cumprimentando seus pares, imprensa, assistência e os que assistem à sessão através dos meios eletrônicos. Disse subir à tribuna para reforçar o convite feito pelo prefeito a esta Casa, para participarem da 3º Conferência Municipal do Meio Ambiente, a qual, este ano, tem como tema: resíduos sólidos. Lembrou que amanhã é o dia Mundial do Meio Ambiente e, em todos o país, ao longo da semana, serão realizadas atividades em comemoração a essa data, contudo não sabe se o município tem alguma programação para comemorá-la. Lembrou que Petrópolis possui diversas peculiaridades que fazem com que seja essencial a discussão dessa questão. Destacou que, no dia 19 de junho, esta Casa receberá a presença do Senhor Carlos Minc, Secretário Estadual de Meio Ambiente, e da Senhora Marilene Ramos, Presidente do INEA, que irão falar sobre as ações do Estado em relação ao meio ambiente do município, além de questões como: o túnel extravasor e o parque fluvial. Na oportunidade, poderão ainda informar quais investimentos serão feitos e que benefícios a cidade terá. Em seguida, o Vereador mencionou que, no dia 9 (nove) de janeiro, informou que o atual governo estava acabando com o disk entulho e lembrou que, na ocasião, algumas pessoas disseram que o serviço não iria acabar, mas seria melhorado. Entretanto, o serviço terminou e, na época, diziam que ele tinha sido interrompido por falta de dinheiro, entretanto o caminhão que fazia esse serviço continua na COMDEP. Dito isso, declarou que, com o término do serviço, muitas pessoas não têm como retirar o entulho de suas residências, logo, muitas vezes, esse entulho vai parar as margens dos rios e encostas. O Vereador relatou que protocolou, nesta Casa, indicação legislativa para que o governo monte um projeto a respeito do assunto. Encerrou sua fala destacando a importância da cidade ter um projeto com essas características. Registre-se que o Vereador Anderson Juliano assumiu a condução dos trabalhos. **2) MEIRELLES, PTB** – Cumprimentou seus pares, imprensa, demais presentes os que assistem através da TV Câmara. Em relação ao assunto do Disque Entulho, disse concordar com o Vereador Anderson Juliano que este é um serviço de grande importância para a

população. Registrou que recebeu a informação de que vários pontos de ônibus localizados ao longo da BR-040 foram suprimidos, fazendo que os moradores tenham que caminhar, em média, um quilometro as margens de uma rodovia que carece de iluminação pública durante a noite. Relatou que esteve entrou em contato com o Presidente da CPtrans, Sr. Gilmar, que relatou que esse fato esta acontecendo pelo fato da Polícia Rodoviária Federal estar multando os coletivos que atendem aquela região por parar na beira da estrada em local que não possui placas indicando que o local é um ponto de ônibus, o Sr. Gilmar ainda informou que a obrigação de sinalizar os pontos de ônibus na BR-040 é de responsabilidade da CONCER. Com isso disse que mais uma vez esbarra com o mau serviço prestado pela empresa CONCER, dizendo que esta quando não ajuda, dá um jeito de estragar mais ainda. Acrescentou que famílias que vivem a décadas as margens da rodovia, estão sofrendo um retrocesso, tendo que caminhar longas distancias a beira de uma rodovia, as escuras, muitas vezes embaixo de chuva, moças e rapazes que chegam tarde do trabalho e precisam caminhar mais de quinze minutos para chegar a sua residência, sendo que antes tinha a oportunidade de descer do ônibus em um local bem mais próximo. Disse ainda que o Sr. Gilmar deu a palavra de que irá intervir nesse processo ainda que não seja de sua responsabilidade e destacou que esta Casa não medirá esforços para solucionar esse problema. Finalizou sua fala dizendo que protocolou um requerimento de inclusão para incluir seu projeto que versa sobre a CIP na Ordem do dia e pediu a compreensão dos seus pares no momento da votação do projeto. Registre-se que o Vereador Meirelles reassumiu a condução dos trabalhos. **3) RONI MEDEIROS, LÍDER DO PTB** - Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Disse subir à tribuna para expressar sua satisfação em ter visto a movimentação da cidade no último final de semana. Parabenizou os organizadores dos Jogos Universitários e declarou que os comerciantes e empresários estão felizes com o bom resultado que tiveram, mostrando dessa forma, a importância que a cidade tem para o setor turístico do estado. Relatou que teve a oportunidade de ter estado com alguns jovens que estavam na cidade participando dos Jogos Jurídicos, os quais ficaram deslumbrados com as belezas naturais do município. O Vereador também parabenizou os comerciantes, pela maneira receptiva pela qual os receberam e desejou que a cidade possa ter outros finais de semana semelhantes ao último. Em seguida, destacou a necessidade de implementar a lei da Mais Valia no município e relatou que diversas propriedades não estão devidamente regularizadas e após registrar que já fez esse pedido através de uma indicação, solicitou o Líder do Governo, Vereador Thiago Damaceno, que leve essa reivindicação ao Prefeito, pois entende que isso daria mais dignidade e segurança a essas pessoas, afirmando que isso nada mais é do que uma forma de reivindicar os direitos de cada cidadão. O Vereador encerrou seu pronunciamento, reafirmando que irá lutar pelos direitos da população. Registre-se que o Vereador Ronaldão justificou a ausência dos Vereadores Luizinho Sorriso e Pastor Sebastião. **4) SILMAR FORTES, LÍDER DO PMDB** – Cumprimentou seus pares, imprensa, demais presentes e os que assistem através da TV Câmara. Em relação à Mais Valia, disse que é possível que as pessoas possam estar sendo penalizadas e solicitou ao Vereador Thiago Damaceno que possa pedir ao Prefeito que agilize a comissão responsável por avaliar os processos que estão parados, haja vista que trinta mil processos é um número muito grande e acrescentou que irá fazer um requerimento de informação para saber a

quantidade de processos parados. Em relação à situação do transporte público na cidade, registrou que vem solicitando à Comissão de Transporte desta Casa para a realização de uma audiência pública, pois apesar de ter frota nova, tem a informação de que os trabalhadores do setor não tiveram sua situação regularizada como, por exemplo, o fundo de garantia que não foi pago, entre outros encargos. Disse que esta Casa deve discutir a situação desses trabalhadores, que trabalham com riscos, transportando passageiros de várias idades. Registrou que foi veiculada, no jornal, uma notícia de que o Prefeito está desapropriando um terreno, no Bairro Caititú, para a edificação de 800 (oitocentas) residências cuja construção necessitará da quantia de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta de dois milhões de reais), o que é quase a dívida que o município possui com SEHAC. Disse também que, no dia seguinte, haverá uma passeata que sairá da Praça da Inconfidência até a Câmara Municipal e também até a sede da Prefeitura, para manifestar a opinião quanto à situação da moradia e da regularização fundiária. Convidou seus pares para uma caminhada, sexta-feira, no Vale do Cuiabá, acompanhados da Dr. Zilda, Promotora Pública, que partirá às nove horas e quinze minutos do Posto Alcatraz, para fazer uma visita às casas da FIRJAN e às obras que estão sendo realizadas pelo INEA. Registrou que, no próximo sábado, irá ocorrer a Conferência Municipal do Meio Ambiente e parafraseou um cidadão dizendo que a natureza não fala e é preciso que falem por ela, com isso disse que esta Câmara também tem o dever e o poder de ser a voz da natureza. Além disso, é importante que os Conselhos Municipais sejam deliberativos para uma melhor democracia e uma gestão participativa. Finalizou sua fala dizendo que foi procurado por alguns funcionários do SEHAC, os quais relataram que aqueles que possuíam cargos em comissão não tiveram seus salários depositados devido à uma auditoria que identificou que alguns funcionários acumulavam cargos e que essa situação dos cargos deve ser regularizada, porém, sem deixar de pagar o salário do servidor. 5)

RONALDO RAMOS, LÍDER DO PTC – Cumprimentou seus pares, imprensa, assistência, demais presentes e os que assistem através da TV Câmara. Declarou seu apoio ao Vereador Silmar Fortes na defesa dos funcionários do SEHAC e dos funcionários do transporte público. Disse que deve ser discutida a situação do transporte das ambulâncias, pois em situações emergências acaba não tendo uma ambulância disponível, pois pode estar cumprindo mandato judicial transportando pacientes para hemodiálise no Rio de Janeiro. Registrou ter recebido uma correspondência da Secretária Estadual de Obras, em relação ao questionamento que está fazendo junto ao Governo do Estado a respeito das construções das pontes que deverão ser feitas no Vale do Cuiabá e no Brejal. Destacou ter sido muito questionado no último final de semana, quanto à votação da CIP, dizendo que um senhor questionou porque ainda estava sendo cobrada a CIP na conta dele, disse que esclareceu ao senhor que não estava sendo votado nenhum tipo de isenção e muito menos eliminando essa contribuição. Relatou que esteve conversando nesta manhã com o Presidente da OAB-Petrópolis, e este disse que a iniciativa deveria ser do Executivo e não do Legislativo, em resposta ao questionamento do Vereador quanto à possibilidade de levar o projeto para ser analisado pela OAB, disse que seria perfeitamente possível, com isso o Vereador sugeriu a seus pares que pensassem nesta possibilidade. Finalizou sua fala dizendo que muitos estão aproveitando este projeto de lei para colocar a população contra os vereadores passando falsas informações

como a de que a CIP teria sido extinta. Registre-se que o Vereador Paulo Igor assumiu a presidência. **6) THIAGO DAMACENO, LÍDER DO GOVERNO E LÍDER DO PP** – Cumprimentou seus pares, imprensa, demais presentes e os que assistem através da TV Câmara. Fez uma menção especial ao Ex-Vereador Dr. Marcio Muniz que foi o primeiro a defender o projeto do transmitir ao vivo, as sessões pela TV. Desejou um abraço ao ex-vereador e disse esperar que o referido Doutor estivesse assistindo à primeira sessão televisionada que ocorreu nesta tarde. Registrou que cada vez que ouve o Vereador Silmar Fortes, líder do PMDB, falar na tribuna desta Casa, fica mais feliz em ser líder do governo, pois em seu ponto de vista o Vereador Silmar reafirma tudo que o Prefeito Rubens Bomtempo vem dizendo, não só porque lembrou algo que foi dito pelo Prefeito, nesta Casa em audiência pública, sobre a importância da auditoria no SEHAC e parabenizou as decisões corajosas para executar essa auditoria. Em relação a desapropriação do terreno para a construção das 800 (oitocentas) moradias, parabenizou a Prefeitura pela atitude e todo o movimento social realizado, contudo, não pôde deixar de lembrar do papel fundamental que os Governos Estadual e Federal possuem nessa história, que não foi feito e vem sendo deixado de lado todos esses anos. Afirmou que a Prefeitura chamar para si a responsabilidade dessa construção é uma atitude ousada, pois será um custo alto para o município. Relatou que os Governos Estadual e Federal já poderiam ter construído essas moradias, uma vez que, estes possuem recursos suficientes e Petrópolis sofre com as chuvas há muitos anos. Registrou que desde a década de 80 (oitenta), aproximadamente 1500 (mil e quinhentas pessoas) aguardam por moradia, e até hoje se vê dificuldade no investimento de moradias. Relatou ainda que se for analisar o histórico dessas três décadas, poderá ser observado que a maior quantidade foi construída no governo do Prefeito Rubens Bomtempo. Acrescentou que a demanda por moradias, para pessoas que moram em área de risco, e aproximadamente de 5000 (cinco mil) residências e concluiu sua fala dizendo que quem paga o preço pelo descaso dos Governos Estadual e Federal nessa questão, é a população. **7) GILDA BEATRIZ, PMDB** – Iniciou sua fala cumprimentando seus pares, imprensa e demais presentes. Primeiramente a Vereadora parabenizou o Vereador Paulo Igor e demais membros da mesa diretora pela implementação da TV Câmara. Disse que sempre achou esse projeto importante, pois a população poderá acompanhar o trabalho que vem sendo feito nesta Casa. Em seguida, a Vereadora solicitou que o Líder do Governo, Vereador Thiago Damaceno, leve ao Prefeito a necessidade da criação da Comissão Permanente de Acessibilidade, conforme dispõe a lei 6.631/08. Declarou que esta comissão é extremamente importante para o município, pois através dela, será possível discutir, em todos os níveis, a acessibilidade em Petrópolis e também colocá-la em prática. Disse ainda que a referida comissão é composta por 15 (quinze) representantes membros da Câmara Municipal, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, Secretária de Saúde, entre outras Secretarias e entidades. Lembrou ainda que não adianta ter ônibus adaptados no município, se o deficiente não tem acesso a eles, e espera contar com a colaboração dos seus pares para resolver esse problema. Em seguida, a Vereadora parabenizou o governo pela desapropriação de um terreno para construção de casas para as vítimas das chuvas. Acrescentou que essas pessoas esperam há anos por suas casas, registrando ainda ser melhor a construção de casas do que pagar aluguel social ano após ano. A Vereadora também lembrou que o dia 15 (quinze) de junho é o Dia de

14
15

Combate à Violência Contra o Idoso, acrescentado que a cidade possui um grande número de idosos e ressaltou a necessidade de que eles saibam quais são seus direitos. Além disso, comunicou que como Presidente da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos estará, na Praça Dom Pedro, no dia 14 (quatorze) de junho, ouvindo e informando os idosos a respeito de seus direitos e afirmou que, nesta Casa, a Vereadora estará sempre protegendo e lutando por eles. Ao encerrar seu pronunciamento, a Vereadora afirmou que, na próxima sexta-feira, estará presente na visita ao Vale do Cuiabá, pois entende que é preciso acompanhar essa situação e dar uma resposta à população. **8) MAURINHO BRANCO, PTC** – Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Inicialmente, externou sua felicidade em ter visto a movimentação na cidade durante o último feriado. Dito isso, o Vereador registrou, a necessidade de asfaltar a via situada atrás do Parque Municipal de Itaipava, o mais breve possível, tendo em vista que ela serve como uma via alternativa. Em relação à realização dos Jogos Jurídicos Universitários, declarou que algumas produtoras de eventos da cidade questionaram o fato dos eventos realizados por elas, terem que terminar a meia noite, enquanto o evento supramencionado durou até as 5h. Disse também que, embora não tenha existido nenhum tipo de confusão durante a realização do evento, recebeu reclamações relacionadas ao som alto. Ao que diz respeito ao trânsito, não houve problemas, uma vez que os estudantes chegaram até o local de ônibus. Outro assunto abordado pelo Vereador refere-se aos guardas de trânsito na cidade e disse que é necessário que o chefe da guarda oriente os guardas que atuam na região de Itaipava, para que orientem os motoristas antes de multá-los e acrescentou que as pessoas estão sendo multadas de forma arbitrária. O Vereador encerrou seu pronunciamento solicitando providências para a obra que está sendo realizada pela Companhia Águas do Imperador, na Estrada Mineira, pois o referido local encontra-se praticamente intransitável. **9) OSVALDO DO VALE – VADINHO, LÍDER DO PSB** - Iniciou sua fala cumprimentando seus pares e demais presentes. Em seguida, parabenizou os membros da Mesa Diretora pela implementação da TV Câmara e disse acreditar que, dessa forma, este Vereador e seus pares poderão mostrar seu trabalho e isso será muito importante para esta Casa. O Vereador também registrou que ouviu atentamente a fala de seus pares sobre a desapropriação do terreno no Catitu, para a construção de moradias para as famílias vítimas das chuvas, acrescentando que muitas aguardam por isso desde 1988. Declarou ainda que isso é um grande passo dado pelo governo e, embora o Prefeito irá precisar da ajuda dos governos Estadual e Federal, acredita que nessa gestão as 800 (oitocentas) casas serão realmente construídas, diferentemente do que aconteceu há 2 (dois) atrás, no Vale do Cuiabá. Dito isso, solicitou ao Prefeito que construa essas casas verticalmente, para que posteriormente não sejam construídos “puxadinhos”. E registrou que, o Prefeito está muito preocupado com a questão da habitação, por isso reafirmou estar certo de que as casas sairão do papel. Outro assunto abordado pelo Vereador refere-se ao projeto de lei proposto pelo Vereador Meirelles, no qual a CIP e o valor do consumo de energia são cobrados em código de barras diferentes. Relatou que o assunto criou certa polêmica, uma vez que surgiram informações erradas sobre o tema e esclareceu que o referido projeto não acaba com a CIP, mas tão somente a desmembra da conta de energia elétrica. Sobre isso, declarou que irá votar contra o projeto, por entender que a cobrança deve continuar sendo feita dessa forma, acrescentando que essa contribuição

trata-se de uma receita da qual o governo depende. Além disso, registrou que a diminuição da referida arrecadação irá prejudicar diretamente aqueles que carecem de iluminação em suas ruas e esclareceu que essa cobrança não se refere somente à iluminação existente na rua de cada cidadão, mas também aquela existente em outros pontos da cidade. Disse que se as pessoas compararem a iluminação da cidade nos dias atuais com a do início de seu mandato, em 2001, poderão verificar o quanto melhorou. O Vereador encerrou seu pronunciamento declarando que, em seu ponto de vista, cobrar a CIP junto com a conta de energia é um facilitador e por isso deve permanecer como está. **10) PAULO IGOR, PRESIDENTE DA CMP, PMDB** - Iniciou sua fala cumprimentando seus pares, assistência e imprensa. Em seguida, declarou que hoje é um dia especial, pois nesta tarde está sendo realizado o teste de transmissão da Sessão Câmara pela TV. Registrou que, embora a sessão já venha sendo transmitida através da internet, acredita que a transmissão através da TV irá permitir que mais pessoas assistam às sessões plenárias, assim como as audiências públicas, acrescentando que não comunicou seus pares previamente sobre essa transmissão, pois trata-se de um teste. Lembrou que isso não é um sonho exclusivo da atual mesa diretora, mas também de diversas mesas diretoras que o antecederam e fez menção ao ex Vereador Márcio Muniz, que sempre defendeu esse projeto. Em seguida, o Vereador agradeceu seus pares pelas palavras que recebeu e disse ter certeza de que com essa conquista, esta Casa dá um passo à frente de diversas Câmaras Municipais em todo Estado, uma vez que Petrópolis é a primeira cidade do interior a transmitir as sessões plenárias pela TV e a terceira do Estado. Declarou que com essa ferramenta os Vereadores terão a oportunidade de mostrarem seu trabalho e, em contrapartida, o cidadão poderá fiscalizar o poder legislativo. Recordou que, em algumas sessões que assistia quando ainda não era Vereador, muitas vezes a sessão plenária se estendia até muito tarde, pois alguns Vereadores deixavam para votar um projeto polêmico na última hora, com o intuito de que a imprensa não tivesse acesso do que estava sendo votado. Dito isso, declarou que hoje a intenção é dar ainda mais transparência ao processo legislativo. Em seguida, o Vereador acrescentou que a TV Câmara é uma prerrogativa das Câmaras Municipais, registrando ainda que, muitas vezes, o legislativo sofre com críticas infundadas por pessoas que querem se promover por possuírem interesses individuais, logo a transmissão das sessões, irá permitir que esta Casa mostre seu trabalho. O Vereador lembrou que a implementação da TV Câmara, além de transmitir as sessões plenárias e as audiências públicas em tempo real, visa também dar espaço aos Vereadores, para que possam ter a oportunidade de falar sobre um projeto de lei que tenham protocolado ou de uma demanda que tenham recebido em seu gabinete. O Vereador encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos pelo apoio e reafirmando que esta vitória é de todos os Vereadores e não somente da Mesa Diretora. Além disso, somou às palavras de alguns de seus pares, dizendo que ficou feliz em ver o movimento da cidade durante o feriado prolongado e registrou que se a cidade pudesse contar com um movimento como esse todo final de semana, a cidade cresceria, geraria empregos e aumentaria o poder de investimento do governo municipal. **11) MARCOS MONTANHA, LÍDER DO PPS** - Cumprimentou seus pares, imprensa e demais presentes. Disse subir à tribuna para expressar seu descontentamento pela maneira como foi recebido na cidade de Paty do Alferes, durante a Festa do Tomate. Declarou ter ficado decepcionado com postura da

Secretária de Cultura e do Prefeito da cidade, devido à falta de respeito e cordialidade para com sua pessoa e demais visitantes. Outro assunto abordado pelo Vereador refere-se à caminha que fez pela cidade junto ao Deputado Federal, Stepan Nercesian, o qual demonstrou grande apreço pela cidade, além de respeito e carinho com seus moradores. Também disse que o referido Deputado possui uma postura política a qual admira e encerrou sua fala registrando ter se sentido honrado com a visita do Deputado e respeitado por seu partido, haja vista que o Senhor Stepan Nercessian, veio a Petrópolis para conhecê-lo, visto que ambos são do mesmo partido. **Não havendo mais Vereadores inscritos para fazer uso da palavra, o Presidente passou a Ordem do Dia:** Colocado em Discussão e Votação o Requerimento de Inclusão nº 2516/13 do Vereador Meirelles, que inclui o Projeto de Lei 1236/13 na Ordem do Dia, este foi aprovado com 9 votos favoráveis, votando desfavoravelmente os Vereadores Jorge Martins – Jorginho Banerj, Osvaldo do Vale – Vadinho, Ronaldão e Thiago Damaceno, estando ausentes os Vereadores Pastor Sebastião e Luizinho Sorriso. Colocado em Discussão e Votação o Projeto de Lei 1236/13 do Vereador Meirelles, este foi aprovado com 8 votos favoráveis, votando desfavoravelmente os Vereadores Jorge Martins – Jorginho Banerj, Osvaldo do Vale – Vadinho, Ronaldão e Thiago Damaceno, estando ausentes os Vereadores Pastor Sebastião e Luizinho Sorriso e a abstenção do Vereador Ronaldo Ramos. Colocados em 1ª Discussão e Votação os Projetos de Resolução nºs: 1155/13 do Vereador Paulo Igor; 1809/13 do Vereador Ronaldão; 1816/13 da Vereadora Gilda Beatriz; 1821/13 do Vereador Roni Medeiros; 1855/13 do Vereador Ronaldão, estes foram aprovados com 11 votos favoráveis estando ausentes os Vereadores Jorge Martins – Jorginho Banerj, Osvaldo do Vale – Vadinho, Pastor Sebastião e Luizinho Sorriso. Colocadas em Discussão e Votação as: Indicação Legislativa nº 229/13 do Vereador Silmar Fortes; Indicações nºs 303 e 305/13 do Vereador Thiago Damaceno; 549 e 550/13 do Vereador Luizinho Sorriso; 912 e 935/13 do Vereador Maurinho Branco; 1014 e 1030/13 do Vereador Ronaldão; 1555 e 1575/13 do Vereador Marcos Montanha; 1789 e 1865/13 do Vereador Paulo Igor; 1806 e 1891/13 do Vereador Anderson Juliano; 1824 e 1859/13 do Vereador Silmar Fortes; 1936 e 1977/13 do Vereador Roni Medeiros; 1972 e 1994/13 da Vereadora Gilda Beatriz; 2005 e 2008/13 do Vereador Osvaldo do Vale – Vadinho. Todas as indicações foram aprovadas. **Discussão da Inclusão e Votação do Projeto de Lei 1236/13 do Vereador Meirelles:** Discutiu o requerimento de inclusão os seguintes Vereadores: **Thiago Damaceno** – Disse que não pôde estar presente durante a primeira votação do projeto, se estivesse presente teria se posicionado contra a votação, uma vez que, ao seu ver, uma série de ritos previstos no regimento interno não foram cumpridos. Em seguida, encaminhou que a base do governo vote de forma contrária à inclusão da matéria na pauta. **Anderson Juliano** - Justificou o pedido de inclusão dizendo que, na última quarta-feira, devido à falta de quorum para votação, a pauta ficou trancada, porém tinha sido acordado entre os Vereadores que o projeto entraria na pauta de hoje, portanto registrou que esse requerimento é para cumprir o acordo realizado na última quarta-feira. **Paulo Igor** - Em relação ao argumento do Vereador Thiago Damaceno, de que os ritos de tramitação não tinham sido cumpridos pela Comissão de Redação e Justiça, afirmou que foram cumpridos sim. **Ronaldo Ramos** - Reafirmou o que foi dito pelo Vereador Paulo Igor e, em seguida, justificou que o parecer deveria vir a plenário para discussão

apenas se fosse um parecer contrário ao projeto. O requerimento foi votado e aprovado. Discutiram o projeto os seguintes Vereadores: **Meirelles** - Reafirmou que serão cobradas no mesmo documento a CIP e a Conta de Luz, sendo apenas discriminadas e lançadas em códigos de barras distintos. Disse que algumas pessoas comentaram que a CIP estaria sendo desvinculada da conta de energia, com isso afirmou que em nenhum momento propôs retirar a CIP da conta de luz e se assim fizesse, estaria ferindo a Constituição Federal. Registrou achar válida a opção de cobrar a CIP no mesmo documento da conta de luz, tendo em vista a logística da empresa concessionária de energia elétrica, que leva o boleto a todos os recantos do município, é muito bem preparada. Reafirmou que seu projeto apenas cria outro código de barras, dando assim, oportunidade ao contribuinte que não dispõe de energia pública de não realizar o pagamento, ou seja, permite o contribuinte deixar de pagar por aquilo que não possui. Relatou que algumas correntes afirmam que, ao visitar um local que possui iluminação pública, faz-se uso da mesma e por isso deve-se pagar a CIP. Solicitou ainda que se explique isso para esse contribuinte que, ao chegar em casa, tropeça no degrau, pisa na poça d'água, corre risco de ser assaltado, porque sua servidão não possui iluminação. Contudo, disse que existem outros pensamentos como as cidades de Curitiba e São Paulo que entendem que quem não possui iluminação pública na via de sua residência, está isento do pagamento da CIP. Relatou ainda que, em alguns lugares, o próprio Ministério Público propõe ação judicial a fim de que as contas de luz e a CIP sejam desvinculadas para que não haja o pagamento "casado". Para finalizar, disse que é uma forma do Governo poder controlar melhor quem paga e quem não paga a CIP. **Thiago Damaceno** - Disse ser importante realizar a discussão deste projeto, aprecia e elogia o autor, porém confessou que não se sente esclarecido, uma vez que encontra uma série de erros e incoerências dentro do projeto. Disse que o Vereador Meirelles afirma que não extingue a CIP, que apenas a desvincula da conta de luz e que, dessa forma, não fere o artigo da Constituição Federal. Em seguida, afirma que o projeto do Vereador Meirelles fere alguns artigos da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, que prevê atribuição exclusiva do Chefe do Executivo, determinar o modo pelo qual os tributos serão exigidos. E isso é com base em uma decisão judicial no Estado do Rio de Janeiro. Disse então que fica muito claro para este Vereador que se trata de ato inconstitucional, haja vista que Constituição Federal prevê o modo e a forma que os tributos serão cobrados. Reafirmou não estar tratando do mérito do projeto e sim da questão técnica e jurídica. Ainda na questão jurídica, em seu ponto de vista, a proposta do Vereador Meirelles viola outra questão que prevê que o Legislativo não pode, por iniciativa própria, criar qualquer projeto que gere despesas para o Executivo, sem identificar de que forma ele apresentará a receita para custear essa despesa. Destacou que, na sua visão, ao propor a desvinculação da CIP da conta de luz, irá gerar a necessidade de alterar o programa do computador, um gasto maior de tinta, com isso, pode-se ocorrer que a empresa se recuse a fazer a cobrança da CIP no mesmo boleto, ocasionando a necessidade do Executivo se mobilizar para fazer essa cobrança por meios próprios, assim como se faz com outros impostos. Na questão do mérito do projeto, disse que o autor teve uma ideia brilhante no sentido de melhorar o serviço de iluminação pública, porém, infelizmente, é incoerente com o posicionamento de que os Vereadores devem dar exemplo de legalidade. Questionou que, se este Vereador

entender que as rodovias estão em péssimo estado, deveria então optar por não pagar o IPVA. Em seu ponto de vista, entende que o projeto induz o cidadão à cometer um ato de ilegalidade e finalizou afirmando que não é dessa forma que será resolvido o problema, uma vez que, já existe uma isenção da CIP para pessoas que consumam até uma determinada quantidade de quilowatts, além de perceber um vício de iniciativa no projeto. **Anderson Juliano** - Disse que o projeto faz justiça, uma vez que todos são obrigados a consumir energia elétrica. Relatou que, desde que o projeto circula nesta Casa, este Vereador fez pesquisas de como é a cobrança em outros municípios, descobrindo que, na maioria, ela é rateada de maneira igual nas residências. Relatou que o que acontece hoje no município é que a empresa ao gastar mais energia já contribui mais para o Estado, com o ICMS, além disso, também paga uma CIP maior, haja vista que é cobrada percentualmente. Relatou que, em outros municípios, a CIP é rateada por área e justificou dizendo que a iluminação pública é igual para todos, independentemente de quanto o cidadão consome de energia na sua casa ou comércio, ou seja, a quantidade de postes iluminando a rua não muda, com isso, não existe justificativa para que seja cobrada de forma diferenciada. Disse ainda que não iria discutir a questão jurídica e afirmou que sua área é a economia, assim como a do Vereador Thiago Damaceno, e disse também confiar no parecer favorável que o Departamento Jurídico desta Casa despachou. Em relação à possibilidade da Ampla se negar a fazer as adequações necessárias, afirmou que, em seu ponto de vista, seria uma ótima opção e questionou se a Ampla repassa fielmente o que é recolhido através da CIP. Registrou que a Prefeitura não tem controle do que é recolhido, simplesmente recebe o valor repassado que tem como destinação a melhoria da iluminação pública. Continuou relatando que esse projeto induz a melhora do serviço prestado, pois quando se tem a obrigação de pagar, o serviço é prestado de qualquer maneira, porém quando existe a possibilidade de não pagar, a prestação do serviço tende a melhorar para que o cidadão se sinta confortável em continuar em dia com suas obrigações. Finalizou dizendo que é muito importante dar voz a quem não tem. **Silmar Fortes** - Cumprimentou todos os presentes e disse entender que o projeto faz uma desvinculação. Destacou que quem está votando a favor do projeto não está votando a favor da sonegação. Disse que a Constituição Federal prevê a permissão e não uma obrigação. Registrou que desde quando a Constituição foi instituída em 1988 até 2002, quando a CIP começou a ser cobrada, foram quatorze anos sem cobrar e mesmo assim o município teve iluminação pública. Disse que existe o Princípio Cidadão, ou seja, o livre arbítrio onde o cidadão pode escolher pagar ou não os impostos, porém se este não pagar, irá incorrer na ilegalidade e será cobrado na justiça. Disse também ser um defensor do livre arbítrio, tendo em vista que é responsável com suas obrigações. Registrou ainda que falta transparência na arrecadação e repasse da CIP para o município por parte da Ampla. Relatou que muitos trechos do Bomfim não possuem iluminação pública e os produtores rurais, que pagam a CIP, precisam trafegar nessas vias durante a noite para fazer suas entregas. **Oswaldo do Vale - Vadinho** - Disse que ouviu cada Vereador apresentar seus argumentos e cada um tem a sua maneira de defender o projeto. Em relação à defesa do autor do projeto, Vereador Meirelles, foi quase perfeito. Relatou que o referido projeto é "bacana", porém ele sabe como a vida é na verdade e se todos os petropolitanos quiserem de fato a iluminação pública no seu bairro como todos têm direito, entende que todos devem contribuir. Em relação à fala

do Vereador Anderson Juliano, que se refere ao não controle do que é arrecadado, disse duvidar que não exista um controle sobre a arrecadação, pois duvida que o PT - governo passado - que gosta muito de dinheiro, se não tivesse controle, não teria "pulado". Afirmou que ninguém, em sã consciência, iria realizar um contrato com a Ampla que não fosse possível fiscalizar. Registrou estar nesta Câmara desde 2001 e ter visto um avanço muito grande a partir de 2002, quando foi implantada a CIP, destacando que várias redes de extensão foram criadas e se o governo passado não teve habilidade de realizar extensões, isso é problema do governo passado. Em relação ao exemplo dado pelo Vereador Thiago Damaceno, referente ao pagamento do IPVA, disse concordar com o referido Vereador e acrescentou que ainda paga o pedágio da CONCER, porque quer ter uma estrada melhor. Em seu ponto de vista, uma maneira de ajudar as pessoas menos favorecidas seria aumentar o limite de quilowatts para isenção da CIP, de cem quilowatts para cento e cinquenta quilowatts. Afirmou que o projeto do Vereador Meirelles é uma maneira de inviabilizar que o Governo realize a extensão de iluminação pública onde não existe. Registrou ainda que ninguém quer o mal das pessoas que ganham menos, mas para que sejam beneficiados, devem pagar a CIP. Acrescentou ainda que, em seu ponto de vista, uma indústria que fatura mais, deve contribuir mais, por isso deve-se ter o sistema de cobrança a partir dos quilowatts consumidos. Finalizou dizendo entender que o Vereador Meirelles possui a melhor das intenções, no entanto irá votar com o Governo, pois entende que todos devem pagar para que tenham iluminação pública. **Paulo Igor** - Discordou da fala dos Vereadores Thiago Damaceno e Osvaldo do Vale, que compararam a CIP ao IPVA e ao pedágio, e também discordou quando o Vereador Osvaldo do Vale disse que o projeto do Vereador Meirelles tem o intuito de prejudicar o governo, afirmando que este tem como objetivo ajudar as pessoas que possuem um baixo orçamento familiar e dependem desse dinheiro para seu sustento, acrescentando que o contribuinte não pode ter sua luz cortada porque não teve como pagar a CIP. Fez a leitura de um artigo da Constituição Federal que diz o seguinte: "dispõe que a finalidade da CIP é custear o serviço de iluminação pública". Dito isso, explicou que cada município estipula como deve ser cobrada. Petrópolis tem o conceito de que se o cidadão passa por um local com iluminação pública, ele está usufruindo dela, por isso deve pagar a CIP. Reafirmou que esse conceito é de Petrópolis e nos outros municípios é tratado de forma diferente. Questionou se o contribuinte prefere pagar a iluminação de natal ou ter iluminação pública na sua rua ou servidão. Registrou que não é contra a iluminação de natal, uma vez que esta é uma cidade turística e deve-se investir nessa questão, porém não pode penalizar o contribuinte que paga a CIP e não possui iluminação pública, pois se ele deixar de pagar, a Ampla corta a energia de sua residência. Reafirmou que o Vereador Meirelles tem o intuito de atender aqueles que não possuem o serviço. Acrescentou que é muito fácil chegar de carro em casa e parar dentro da garagem, porém muitos têm que andar por alguns minutos do seu ponto de ônibus até suas casas, às escuras, correndo riscos, como o caso de estupro que ocorreu na Rua Euclides da Cunha há alguns dias. Disse que também não irá discutir a questão jurídica e que confia plenamente no parecer dado pelo Departamento Jurídico desta Casa e no parecer dado pelas Comissões. Em seu ponto de vista, esse projeto é uma solução para a população, para que esta não seja penalizada tendo sua energia cortada. Disse que não concorda com a forma de cobrança da CIP, pois não beneficia o mais

humilde, com exceção da isenção dada para quem consome menos de cem quilowatts, porém sabe que a grande maioria das famílias consome acima de cem quilowatts e deu alguns exemplos, como: Curitiba que cobra cinco reais por cada unidade consumidora, seja ela residencial ou comercial; o Distrito Federal que divide o valor total consumido pela iluminação pública entre as unidades consumidoras e o município de São Paulo prevê três reais e cinquenta centavos para unidades residenciais e onze reais para as não residenciais. Acrescentou ainda que seria um vício de iniciativa desta Câmara Municipal interferir no percentual cobrado. Destacou que, em seu ponto de vista, esse valor cobrado é inconstitucional, pois se arrecada muito além do valor necessário para custear a iluminação pública, tendo em vista que essa arrecadação é prevista na Constituição com a finalidade de pagar a conta de energia consumida pela iluminação pública. Finalizou dizendo que, por mais que a Ampla emita um relatório do que foi arrecadado, não existe uma forma do município acompanhar, a não ser confiar nesse relatório apresentado. **Gilda Beatriz** – Disse acreditar que está na posição de Vereadora para defender a população, por isso acredita que o projeto em discussão irá atender à necessidade das pessoas que enfrentam dificuldades e riscos para chegar em casa, sem iluminação no caminho. Registrou que as pessoas possuem razão ao se sentirem ofendidas por serem obrigadas a pagar por um serviço do qual não usufruem. Acrescentou que o fato de uma pessoa não ser obrigada a pagar por esse serviço, fará com que ele chegue até o contribuinte, haja vista que a empresa irá querer cobrar pelo mesmo. Em seu ponto de vista, o processo na política está invertido, pois primeiro se deve estabelecer o serviço para depois cobrar e não o contrário. Lembrou ainda que muitas famílias que possuem deficientes em casa possuem quase que todo o orçamento familiar destinado à medicação e caso não consiga efetuar o pagamento da conta de energia com a CIP, terá sua energia cortada, mesmo sem desfrutar de iluminação pública em sua rua. Finalizou afirmando que votará a favor e que se a iluminação pública estivesse funcionando perfeitamente não estariam na discussão desta tarde. **Jorge Martins – Jorginho Banerj** - Disse que é um tema interessante com muitos pontos de vista. Lembrou que mesmo o projeto sendo aprovado hoje, ainda existe a questão se o Prefeito irá sancionar ou vetar e dependendo do que decidir este projeto voltará para esta Casa para mais uma discussão. Destacou que este Vereador diz isso para que as pessoas entendam que o processo não se encerrou por aqui e para que não saiam por aí passando a informação errada de que a CIP já tem que ser impressa em código de barras distintos. Registrou que o importante é discutir maneiras de melhorar o péssimo serviço que vem sendo prestado e esta Casa tem que ser exemplo. Questionou se o orçamento desta Casa Legislativa não é além do necessário e se alguém já fez esse estudo para saber se não é demais. Questionou também se está disponível na internet o que está e o que não está sendo gasto. Parabenizou o Vereador Paulo Igor pela democracia como vem conduzindo esta Casa. **Meirelles** - Em relação ao que foi dito pelo Vereador Osvaldo do Vale, a respeito do contribuinte que fica pagando e esperando que o serviço de iluminação pública seja estabelecido, disse que essa expectativa de pagar primeiro uma quantia alta está errada, haja vista que nenhum governo é eterno e está sempre se renovando. Registrou que seu projeto é de política pública e espera que só deixe de ter eficácia caso algum legislador faça uma proposta melhor. Questionou o porquê do Vereador Vadinho, com doze anos de legislatura, ainda não ter proposto o aumento da

cota de isenção de cem para cento e cinquenta quilowatts. Em relação aos artigos da Constituição Federal mencionados pelo Vereador Thiago Damaceno, disse que não vê em nenhum deles menção para que os dois valores venham vinculados. **Oswaldo do Vale - Vadinho** - Explicou ao Vereador Meirelles que o projeto visa atender os menos favorecidos, os quais, em seu ponto de vista, são os beneficiados pela isenção de até cem quilowatts. Quanto ao questionamento a respeito de não ter feito a proposta de aumentar a cota para cento e cinquenta quilowatts, disse que no governo passado somente ele era oposição e acrescentou que apresentou um projeto que não autorizava o corte do fornecimento de água caso a conta não fosse paga, tendo em vista que se uma pessoa, por necessidade, não consiga pagar uma conta de trinta reais e tiver seu fornecimento interrompido, o valor para religar é de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), porém o projeto não foi aprovado. Lembrou que, durante sete anos, ficou sem iluminação pública em sua rua e finalizou afirmando que esse projeto não irá resolver o problema daquelas pessoas que não possuem iluminação pública, pois é pagando que se vai conquistar. **Thiago Damaceno** - Citou o artigo oitavo da Lei Orgânica Municipal e com base em outro artigo da Constituição Federal disse que cabe ao município legislar nos casos omissos na Constituição Federal e Estadual, portando continuou a afirmar que há um vício de iniciativa nesse projeto. Afirmou ainda que o motivo de estarem reunidos é para discutir e votar o projeto, e não para fazer discurso para a platéia ou redes sociais. Registrou não ter escutado nenhum outro Vereador refutar seu argumento juridicamente e quando mencionaram a questão jurídica, colocaram a responsabilidade na Dr. Miriam, Diretora do DAJ. Acrescentou que, caso seja julgada inconstitucional, a culpa não será do Departamento Jurídico e sim dos Vereadores por aprovarem o projeto. Destacou que não vai ser incoerente de votar a favor de qualquer coisa que entenda ser inconstitucional. Para finalizar, relatou que não pode concordar com o Vereador Anderson Juliano, o qual acredita que a cobrança deve ser feita de forma igualitária. Lembrou ainda da lei que foi aprovada, nesta Câmara, a qual isentava os idosos do pagamento do IPTU, e com isso, muitos deixaram de pagar por acreditarem naquilo que foi veiculado na imprensa, tendo que pagar posteriormente com juros. **Silmar Fortes** - Disse que o Brasil é o país que cobra mais tributos no mundo e, de acordo com o princípio da legalidade, a CIP nem deveria existir. Registrou sua preocupação ao ouvir o Vereador Oswaldo do Vale afirma que as pessoas irão sonegar o imposto se tiverem a CIP desvinculada. Em seu ponto de vista, parece que o Vereador Oswaldo do Vale está incentivando a população a tal atitude. Disse também não ver esse incentivo no projeto do Vereador Meirelles, e sim o princípio do cidadão, pois o cidadão terá a responsabilidade de pagar a CIP para ter um serviço de qualidade, no entanto ele terá o livre arbítrio de não pagar caso não tenha o serviço prestado. Além disso, é uma atitude que não se deve ter, uma vez que seu nome será inscrito na dívida ativa do município caso decida não pagar. Relatou que o processo de arrecadação da CIP não é transparente e não passa por esta Câmara Municipal. Finalizou encaminhando favoravelmente o seu voto. **Anderson Juliano** - Em referência à fala do Vereador Paulo Igor, o qual afirmou que pode haver algum mês em que a pessoa não tenha condições de pagar a CIP em dia, mas pagará em alguns dias depois. Disse que o Código do Consumidor estabelece que o serviço de energia elétrica é essencial, porém, em Petrópolis, essa essencialidade está ligada a uma contribuição. Além disso, muitas vezes, uma pessoa deixa de possuir energia

elétrica em sua casa porque não teve dinheiro para contribuir com a CIP. Explicou que ao sugerir uma taxa única para cobrança da CIP, não se cria o efeito "cascata", tendo em vista que a pessoa que paga uma conta de energia mais alta já contribui mais com o Estado e o Município, pois paga um ICMS maior. Finalizou ressaltando que, em todos os lugares do Brasil, onde cobram a CIP, cobram de forma igualitária. **Ronaldo Ramos** - Parabenizou o Vereador Meirelles por trazer esse debate na Câmara, discussão que deveria ter sido feita também em governos passados, uma vez que se descobriu que cinco milhões referentes à CIP ficaram em caixa na troca do governo passado para o atual. Disse que é um absurdo esses recursos terem ficado estagnados e questionou qual a justificativa para que isso tenha acontecido. Sugeriu que esta Câmara aproveite a oportunidade para questionar com os administradores do governo anterior a respeito desse valor não ter sido investido onde deveria. Disse ainda que não vai entrar na questão da constitucionalidade do projeto e sim na questão da sua iniciativa, ou seja, se cabe ou não aos Vereadores a iniciativa do projeto. Finalizou dizendo que ainda existe a alternativa de se fazer uma indicação legislativa para que o Prefeito faça, como em outros municípios, a isenção daqueles que não possuem iluminação pública. **Jorge Martins - Jorginho Barnerj** - Questionou o Vereador Anderson Juliano como ele se sentiria, na época que estava como Presidente da COMDEP, se a taxa de lixo fosse desvinculada do IPTU. **Oswaldo do Vale - Vadinho** - Disse que independentemente do resultado da votação, não está votando contra o povo e que em seu ponto de vista o voto a favor do povo é o não. Realizada a votação do projeto, os seguintes Vereadores justificaram seus votos: **Maurinho Branco** - Disse que nesses seis meses em que está como Vereador, não possui iluminação pública em sua rua, uma vez que existem dois postes com lâmpadas queimadas. Relatou ter ligado diversas vezes e ainda não foram realizar a manutenção. **Oswaldo do Vale - Vadinho** - Disse que o Vereador Maurinho Branco possui iluminação pública sim e que apenas estão faltando as lâmpadas que o governo passado não foi competente para trocar, pois contratou uma empresa que não funcionava. Lembrou a todos que em dois mil e oito, foi o único Vereador contra o projeto de lei do ex-vereador Márcio Arruda, que dava isenção do IPTU para o idoso e que a aprovação do projeto gerou uma expectativa muito grande na população e quem sofreu com isso foram os idosos. Reafirmou que esse projeto de desvinculação da CIP só irá dificultar para que seja realizada a extensão de iluminação pública. **Ronaldo Ramos** - Disse que sua abstenção se deve ao fato da questão de iniciativa do projeto não estar bem definida, ou seja, se existe um vício ou não. Parabenizou o Vereador Meirelles pelo projeto, dizendo que este deu início a um ótimo debate que abriu caminho para outros como, por exemplo, a ampliação da base de isenção, que hoje é de cem quilowatts. Para finalizar lembrou que deu parecer favorável ao projeto. **Meirelles** - Relatou ficar muito feliz com a postura desta Casa de reconhecer o direito daqueles que pagam por um serviço que não é prestado. Concordou com o Vereador Vadinho na questão de que cada parlamentar tem a liberdade de opinião e de entender o que é bom e o que é ruim. Registrou que o Executivo ainda pode vetar o projeto, o que significa que o processo de discussão desse projeto ainda não se encerrou. **Silmar Fortes** - Parabenizou o Vereador Meirelles pela iniciativa, assim como a postura dos Vereadores. Finalizou dizendo que votou a favor sem dúvidas sobre o projeto em questão, e que cabe avaliar a postura da população quanto a essa responsabilidade,

assim como a população está avaliando a conduta dos Vereadores. **Paulo Igor** - Concordou com o Vereador Silmar Fortes, dizendo que essa discussão é para decidir o que é melhor para a população. Lembrou que é normal que cada um tenha seu ponto de vista e que a Constituição Federal pode ter mais de uma interpretação. Parabenizou o Vereador Meirelles pela coragem da iniciativa. Registrou ter a certeza de que o Prefeito Rubens Bomtempo, com a sensibilidade que tem para essas questões, tomará uma iniciativa pensando no social. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a sessão às vinte horas e cinquenta minutos, marcando a próxima para o dia 5 (cinco) do corrente mês, às dezesseis horas, com a Ordem do Dia que foi lida em Plenário. E eu, Michelle Iorio Platz e Guido Reis Aguiar, Assessores de Procedimentos Públicos, escrevemos esta para constar e assinamos. Petrópolis, 4 de junho de 2013.

